

Entrevista Pedagogia / Didática *Exempli Gratia* Estudos Linguísticos Estudos Literários Fichas Pedagógicas Destaques



Destaques

Em destaque...

Maria Helena da Rocha Pereira

João Pedro Aido

Cânone acidental

Homero, Frederico Lourenço, João de Barros, Salinger, Zurara, Sofia Andresen, Jorge de Sena, Haroldo de Campos, Pedro Carolino, Maria Filomena Molder, João Barrento

Lugares virtuais

João Pedro Aido

Tempo de ler...

"*A morte de Virgílio*", de Hermann Broch", (João Pedro Aido); "T. S. Eliot: *A Terra Sem Vida* ou *A Terra Devastada*" (Teresa Vieira da Cunha); "Textos sobre tradução" (Luís Filipe Redes); "*A Ilíada* de Homero" (Filomena Viegas)

101 palavras para falar de livros

Maria Vitória de Sousa

Ler consigo...

Maria Vitória de Sousa, João Pedro Aido

Info-APP

Filomena Viegas, Teresa Vieira da Cunha

Em destaque...

Maria Helena da Rocha Pereira

João Pedro Aido¹

Maria Helena da Rocha Pereira [1925-2017], que Joaquim Manuel de Magalhães considera uma das mais notáveis figuras de sempre da universidade portuguesa, nasceu no Porto e aí concluiu, no Liceu Carolina Michaëlis, o ensino secundário. Estudou em Coimbra, em cuja universidade fez a licenciatura em Filologia Clássica, em 1947, e onde foi a primeira mulher a obter o grau de doutoramento, em 1956, com a tese “Concepções helénicas de felicidade no além: de Homero a Platão”. Estudou também em Oxford, onde trabalhou com mestres como Eric Robertson Dodds, Edward Fraenkel, W. S. Barrett ou R. Pfeiffer e Sir John Beazley, e com quem se tornou uma reconhecida especialista em vasos gregos.

Entre 1948 e 1957, foi professora de Latim e depois de Grego, no Centro de Estudos Humanísticos da Universidade do Porto. Em 1951, tornou-se assistente de Filologia Clássica na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, chegando a professora catedrática, em 1964.

Entre 1965 e 1966, foi diretora do Instituto de Arqueologia da Universidade de Coimbra, Vice-Reitora durante o mandato de José de Gouveia Monteiro (1970-1971), Presidente do Conselho Científico da Faculdade de Letras, de 1976 a 1989, e diretora do Instituto de Estudos Clássicos dessa universidade, entre 1991 e 1995. Foi directora das revistas *Humanitas* e *Biblos*. Foi sócia efetiva da Classe de Letras da Academia das Ciências de Lisboa, desde 1991, e professora jubilada, desde 1995.

Apesar da sua especialização em estudos clássicos, investigou também no domínio da literatura e da cultura portuguesas, sendo autora de inúmeros estudos sobre Camões, António Ferreira, Marquesa de Alorna, Bocage, Camilo, Antero de Quental, Augusto Gil, Fernando Pessoa, José Gomes Ferreira, Miguel Torga, David Mourão-Ferreira, Sophia de Mello Breyner Andresen, Eugénio de Andrade, Rui Knopfli, Manuel Alegre, José Augusto Seabra, entre outros autores.

A sua obra conta com mais de 700 títulos, entre traduções, monografias e artigos. É particularmente conhecido o seu ensaio sobre *Estudos de História da Cultura Clássica*, em dois volumes, bem como as antologias de cultura grega e latina, respectivamente, *Hélade* e *Romana*, que foram lidas e estudadas por sucessivas gerações de alunos. Merece ainda destaque a sua participação no Conselho Científico do *Lexicon Iconographicum Mythologiae Classicae*, que é obra de referência para os classicistas, bem como os seus estudos sobre o médico e filósofo Pedro Hispano, que se tornaria mais tarde o Papa João XXI, e que reúne no volume monumental *Obras Médicas de Pedro Hispano*, obra que integra a tradução e a edição crítica do *Thesaurus Pauperum* deste autor.

No entanto, em sucessivas entrevistas, é a edição crítica da obra de Pausânias, a *Pausaniae Graeciae Descriptio*, editada pela Teubner, em Leipzig, em 3 volumes, entre 1973 e 1981, que merece maior destaque da professa Maria Helena da Rocha Pereira – que considera, no entanto, que o seu maior legado são os seus alunos. Trata-se, sem dúvida, de uma professora inesquecível, maior do que a vida, e

¹ Escola Secundária Braamcamp Freire.

daí os inúmeros prémios e distinções de que foi justamente alvo, tendo sido agraciada com a Grã-Cruz da Ordem de Sant'Iago da Espada, em 2004, e com o Doutoramento Honoris Causa, pela Universidade de Lisboa, em 2009, entre muitos outros - mas que são poucos, afinal, para uma das maiores especialistas portuguesas de sempre em estudos clássicos e cuja importância para a cultura portuguesa é incalculável, pois a sua vida longa e de trabalho incessante foi a demonstração cabal de que o Homem é a medida de todas as coisas, como pretendia Protágoras².

Este texto serviu de introdução à entrevista que a professora Maria Helena da Rocha Pereira nos deu e foi publicada na revista Palavras, n.º 36, outono de 2009, e que republicamos a seguir, como uma pequena homenagem a uma professora que foi maior do que a vida.

Palavras: Do seu longo e produtivo percurso profissional, que aspetos gostaria de salientar?

Maria Helena da Rocha Pereira: Tenho feito várias traduções, não tanto por prazer, mas antes por necessidade. A primeira tradução de maior fôlego que fiz foi a *Medeia*, de Eurípedes, feita em quinze dias, para ser representada pelo Teatro Universitário de Coimbra, dirigido por Paulo Quintela. Com a mesma finalidade, veio depois a *Antígona*, de Sófocles. Também aí Paulo Quintela fez uma encenação extraordinária, com os coros e os seus movimentos de dança, que foi apresentada com muito sucesso em vários festivais internacionais de teatro. No nosso país, onde isso nunca tinha sido visto, estranhavam...

P.: Essas foram as primeiras traduções em português, das obras em questão, feitas directamente do grego?

M.H.R.P.: Sim, foram. Depois, também traduzi um nunca acabar de textos para as minhas aulas de Cultura Clássica, uma vez que a generalidade dos alunos não sabia grego – tratava-se, na altura, de uma cadeira obrigatória para todos os alunos da Faculdade de Letras, com a excepção dos de Geografia. Primeiro os textos eram reproduzidos em *stencil*. Depois veio então o volume impresso, a *Hélade*³, que foi sendo sempre aumentado e de que está agora [2009] no prelo a 10.^a edição. E fiz a mesma coisa com o Latim, para a Cultura Romana.

P.: Quando é que decidiu que queria ser professora? Para essa decisão, que contributo teve a sua experiência enquanto aluna?

M.H.R.P.: Desde o início que eu desejava seguir a carreira universitária. Fiz o liceu [até ao *sixième*, em França, e em seguida] no Carolina Michaëlis, no Porto, onde tive excelentes professoras. Depois, escolhi seguir Clássicas. Ser professora foi mais uma consequência desta opção. Fiquei maravilhada quando, com cerca de 13 anos, li a *Oresteia*, de Ésquilo, na versão francesa. Também fiquei maravilhada com o *Cleonardo*, do Cardeal Cerejeira, que li posteriormente, no 7.^o ano [actual 11.^o]. Optei então por Clássicas que, para mim, tinha o defeito de não existir no Porto, tal como não existe atualmente. Assim, vim aqui para Coimbra onde fiz o curso. No final, o professor Carlos Ventura desejava que eu ficasse como sua

² Ainda Protágoras, no Frg. 3 Diels (In *Hélade*, trad. de Maria Helena da Rocha Pereira, Coimbra: Fac. de Letras da Universidade de Coimbra / Instituto de Estudos Clássicos, p. 257), sobre o ensino: “O ensino requer dotes naturais e prática. Deve começar-se a aprender de novo.”

³ A primeira edição da antologia de cultura grega, datada de 1959, faz agora [2009] precisamente 50 anos.

assistente, mas não era essa a prática da faculdade, pelo facto de ser mulher. Aconselhou-me, por isso, a ir para Inglaterra, para a Universidade de Oxford, onde estive um ano a fazer o maior número de cadeiras possível... foi um deslumbramento... a maneira de ensinar... tive como diretor de estudos o professor Eric Robertson Dodds [1893-1979], que introduziu a Antropologia Cultural nos Estudos Clássicos e que orientou a minha tese de doutoramento. Terminado esse ano de estudos, regressei a Portugal. Entretanto, na Faculdade de Letras de Coimbra abriu vaga para um novo professor de Clássicas. Fui então convidada para assistente – nesse tempo não era por concurso –, tendo feito aqui toda a minha carreira. Há aqui um pormenor muito interessante que talvez valha a pena referir: posteriormente, voltei a Oxford mais duas vezes, por períodos mais curtos. A primeira vez, para acabar a tese de doutoramento. Da outra vez, para acabar a tese de concurso para professor extraordinário, pois, nessa altura, era obrigatória outra tese. Nessa última vez, tive a ocasião de frequentar de novo as aulas do professor John Beazley [1885-1970], então o maior especialista do mundo em vasos gregos.

Não menos interessantes são algumas outras diferenças relativamente aos tempos de hoje, em que chegámos ao apuro inclassificável de termos teses de doutoramento apresentadas em inglês, essencialmente nas ciências. Na altura, tive um trabalho imenso só para traduzir a minha tese de inglês para português, porque era necessário empregar termos técnicos de Crítica Textual e de Religião Grega que não tinham ainda equivalente em português. Lembro-me de passar umas férias de Natal inteiras a traduzi-la, pois era inaceitável apresentá-la em inglês, tal como era inaceitável a admissão de um professor estrangeiro no júri.

P.: Retomando a sua experiência em Oxford, o que distinguia, ou distingue ainda, essa universidade da universidade portuguesa? As áreas de estudo que eram novas? Ou a maneira de trabalhar e estudar?

M.H.R.P.: Muitas diferenças. Por exemplo, em Oxford já se tinham iniciado os estudos em Bioquímica, ainda cá não se sabia o que isso era. Isso para falar de uma área dita científica. As Clássicas, por seu turno, constituíam e constituem ainda atualmente uma faculdade onde se estuda também Filosofia, pois não acham aceitável que uma pessoa estude filosofia grega sem saber grego. A mesma coisa se passa com a História – há uma faculdade distinta para a História Moderna.

Também o acompanhamento dos alunos pelos professores era completamente diferente. Eles têm um sistema muito bom de ensino tutorial, que não julgo que seja possível adaptar ao nosso país embora agora se fale muito dessa possibilidade. Trata-se de um sistema em que cada aluno tem um tutor, no sentido próprio do termo, ou seja, não é alguém que serve para vigiar. O tutor acompanha e orienta o aluno, aconselha que cadeiras deve seguir, que cursos frequentar, que trabalhos fazer. Também havia já o regime de seminários que, muitos anos depois, se implantou aqui, e bem. Havia ainda outra coisa que aqui faria muita confusão a toda a gente: era o tutor moral, não para impor costumes e regras, mas para aconselhar o aluno que, por exemplo, sentisse dificuldades de adaptação. Isto para os alunos de graduação. Para a pós-graduação havia o supervisor, que equivalia a director de tese.

P.: Por que é que acha que esse sistema não seria possível cá? Por causa do número de alunos, do estilo de trabalho desenvolvido, da cultura universitária?

M.H.R.P.: Lá também havia e há muitos alunos... Cá, por vezes, nem sequer temos o número de professores suficiente para dar as aulas, quanto mais ainda ter essas horas tutoriais. Não me parece que seja praticável.

P.: **Penso que poderei dizer com alguma segurança que a professora é das pessoas que melhor conhece a universidade portuguesa. Como descreveria o panorama geral do ensino universitário em Portugal e a situação das faculdades de letras, em particular?**

M.H.R.P.: Há casos muito díspares, não sendo possível um retrato global que se aplique a todas as instituições. Há casos de universidades muito qualificadas, geralmente mais antigas, mas também casos de universidades mais recentes que tiveram uma orientação inicial muito boa e que já estão a dar muitos frutos, apesar de não terem mais que umas dezenas de anos. E há outras onde não se verificam essas condições. Também, tal como na vida, há casos em que as coisas melhoram ou pioram por vagas. Há períodos em que uma universidade tem professores extraordinários, depois, durante um tempo, deixa de ter tantos... A mesma coisa se passa com os alunos. É por isso que todas as estatísticas levam ao erro. Não é preciso ser professor há muitos anos para saber que pode aparecer um curso que dá algumas dezenas de alunos distintos que depois seguem carreira, e depois, no ano seguinte, um professor dificilmente consegue dar uma distinção a um aluno que seja.

P.: **Que fatores serão os mais importantes para fazerem duma universidade uma boa universidade?**

M.H.R.P.: O principal é a qualidade dos professores. Não são os edifícios que fazem as grandes universidades embora, naturalmente, as antigas tenham, de modo geral, edifícios mais artísticos. No entanto, universidades mais novas, como a de Aveiro, tiveram uma excelente ideia. Convidaram alguns dos melhores arquitetos para fazerem os diversos edifícios e ficar como uma prova da qualidade da arquitetura portuguesa contemporânea. Trata-se de um caso especial. Na Universidade do Minho conjugam-se os dois fatores: há partes históricas, muito antigas, como o edifício da própria Reitoria, e há partes com edifícios contemporâneos. Mas é a qualidade do corpo docente que é decisiva. No entanto, em faculdades como as de Medicina, por exemplo, as instalações têm um papel muito importante. Têm de ter um hospital escolar, equipamentos. Essa componente também é evidente no caso da Engenharia.

P.: **O poeta e ensaísta Joaquim Manuel Magalhães dizia num seminário de mestrado a que assisti há quase 10 anos que a professora era “uma das mais notáveis figuras de sempre da universidade portuguesa”. Diante desta justa afirmação, como vê o seu papel e o seu legado na vida e na cultura portuguesas?**

M.H.R.P.: O Joaquim Manuel Magalhães foi meu aluno e é um grande amigo. Eu fiz o que pude e fui capaz para prestigiar e desenvolver os Estudos Clássicos, tendo tido a felicidade de ter tido muitos bons alunos – claro, também tive maus alunos – que hoje são professores catedráticos com muito boas carreiras. O maior prazer de um professor é ter alunos que o acompanhem no seu entusiasmo, no seu gosto pelo estudo, e eu tive essa sorte.

P.: A professora publicou mais de 700 títulos, entre livros e artigos, o que é absolutamente notável...

M.H.R.P.: Uns são artigos científicos, outros são artigos de enciclopédia, outros livros. Naturalmente, o mais importante e o mais difícil foi a edição crítica de Pausânias que fiz para a Biblioteca Teubneriana, a convite da Academia da Ciências de Berlim. Tenho também trabalhado (surpreendentemente) em história da medicina. Desde muito cedo me interessei pela figura de Pedro Hispano de cujas obras fiz algumas edições críticas. Há uma infinidade de manuscritos de Hispano, mas, curiosamente, até à data, que eu saiba, não há nenhum em Portugal. Lembro-me que uma vez fui à Universidade de Cracóvia, a mais antiga da Polónia, com um grupo de estudiosos, essencialmente norte-americanos, que se dedicava ao estudo da história da medicina. Andávamos a visitar institutos de medicina um pouco por toda a Europa oriental. Quando chegámos a Cracóvia, o diretor da biblioteca mostrou-nos algumas preciosidades. Uma era, nada menos, do que a matrícula de Copérnico. A outra era um códice lindíssimo de Pedro Hispano, do século XV, que ninguém em Portugal sabia que existia. Depois fui estudá-lo. Trata-se de um autor que foi estudado em toda a Europa, quer na parte filosófica, quer na parte médica. Admitindo que se trata de uma única pessoa, pois há quem defenda que são duas figuras que se confundem.

P.: Ruy Belo, no poema “País Possível” (1973), fala de Portugal como um “país defunto”, de “gente sonolenta”, um “país de desistentes”, de “vencidos pela vida” para quem “A alma é um apêndice de luxo”. A professora também acha que Portugal é um “país que só existe em pensamento”? O que é Portugal para si?

M.H.R.P.: É uma pergunta a que é difícil responder... Poucos países terão dado um contributo tão grande para a civilização mundial como o nosso, no que diz respeito aos Descobrimentos. Mas digamos que, em termos genéricos, o aproveitamento económico dessa ação verdadeiramente espantosa foi feito depois por outros, incluindo até um país mais pequeno do que o nosso, como a Holanda, para já não falar da França e da Inglaterra que praticamente partilharam entre si a maior parte de África. A verdade é que durante todo esse longo período demos um contributo extraordinário cujo ponto culminante, que prevalece e permanece, foi a criação do Brasil, uma honra que nem sempre sabemos reconhecer.

P.: No final do Canto V d’*Os Lusíadas*, Camões diz que Portugal nunca há-de ter um Virgílio, um Homero ou um Eneias pelo facto de nenhum capitão ilustre português, ao contrário de gregos e romanos, ter interesse algum pelas artes e pela poesia – e quem não tem este interesse nunca incentivará o seu desenvolvimento. Acha que esta crítica tão corrosiva ainda é válida hoje?

M.H.R.P.: Infelizmente penso que ainda é válida e em grande escala. Mas também é preciso não esquecer que precisamente *Os Lusíadas* estão traduzidos em línguas sem conta, em todas as línguas de cultura, de tradição erudita, e são admirados. Talvez mais do que entre nós. Agora parece que se tem medo d’*Os Lusíadas* talvez por não se saber o suficiente para explicá-los. Deve notar-se que entre os grandes camonianos muitos são estrangeiros, o que prova a difusão da obra.

Durante o último Verão trabalhei numa questão ainda hoje complicada que são as fontes clássicas d’*Os Lusíadas*, que são contínuas e sempre com o mesmo sistema: dar um exemplo grego e outro latino.

Repare-se na história conhecida de Virgílio, que acabou por dar ordem para queimar a *Eneida* por não estar totalmente completa e por razões que ainda hoje se discutem⁴. Mas o imperador Augusto não o permitiu e encarregou dois poetas de tratarem da edição completa da obra, facto também referido por Camões⁵.

Hoje já se dá importância à cultura mas, às vezes, sem distinguir a qualidade, deixando em segundo plano os melhores... A verdade é que tivemos e temos grandes ensaístas e grandes poetas. O professor Aguiar e Silva, que é talvez o maior especialista de Teoria Literária e também de Literatura Portuguesa em geral, disse que o século XX foi um século de ouro para a lírica portuguesa, com um número extraordinário de grandes poetas, alguns dos quais estão a cair no esquecimento devido a uma correlação de fatores. Por vezes, só muitos anos depois se reconhece o papel extraordinário de um poeta.

P.: Pegando nas suas palavras e pensando ainda em Joaquim Manuel de Magalhães, para quem “a Teoria da Literatura tem sobrevalorizado a prosa” uma vez que à prosa “é mais fácil aplicar certos esquemas e mecanismos de leitura” do que ao texto poético⁶, concorda que os Estudos Literários têm contribuído para o afastamento dos alunos diante do estudo e da leitura de poesia?

M.H.R.P.: Para os alunos, a leitura da prosa é mais acessível. A leitura da poesia obriga a uma sensibilidade muito apurada, de que nem todos dispõem. Talvez essa seja, pelo menos, uma das razões. Também há as sucessivas vogas literárias e são poucos aqueles que sabem aproveitar em cada teoria aquilo que é válido, ficando antes enfeudados em certas maneiras de abordar as questões literárias e empobrecendo, assim, o potencial do contributo dos Estudos Literários.

P.: Podemos dizer que tudo o que é mais importante já foi dito e, portanto, que nos limitamos a reescrever os clássicos, ou a Cultura Clássica é apenas mais uma cultura a ter em conta numa época multicultural?

M.H.R.P.: Eu acho que a Cultura Clássica é uma matéria que nunca se esgota. Por outro lado, há novos elementos que aparecem, há as novidades trazidas pela Arqueologia, que é hoje uma ciência com uma grande precisão. Já não se fazem, como nos primeiros tempos, datações mais ou menos *sem cerimónia*. De facto, a Arqueologia e a Filologia fizeram as pazes outra vez. Isto verifica-se, por exemplo, nas descobertas contínuas no solo de Roma, particularmente no Forum Romanum. Há ainda as descobertas constantes que se relacionam com os poemas homéricos, revelações sem conta que levam a antecipar cada vez mais a data da invenção do alfabeto e da existência de Homero. Note que digo *invenção do alfabeto* porque os melhores especialistas dizem, e com razão, que relativamente ao alfabeto fenício se trata efetivamente de uma inovação. Quem diria, em meados do século XX, que o silabário micénico era grego? Suspeitava-se de tudo menos disso. Foi uma grande novidade. E a escrita minóica, neste momento, ainda está por decifrar. Veja a riqueza dos cruzamentos da Arqueologia, da Epigrafia e da Filologia, a que se juntam áreas técnicas. Mais de vinte universidades europeias e americanas, mas nenhuma portuguesa, estão a trabalhar, nos seus laboratórios, em dados que vêm das escavações em curso em Troia.

⁴ Cf. Tempo de Ler: Hermann Broch, *A Morte de Virgílio*.

⁵ *Os Lusíadas*, V, 94, vv. 5-8.

⁶ Seminário de Tópicos de Teoria Literária, 1993-94, S1.

P.: Em 1959, no prefácio da primeira edição da *Hélade – Antologia da Cultura Grega*, a professora justificava a sua elaboração com o escasso conhecimento e a ignorância que do grego tinha a quase totalidade dos alunos. Hoje [2009], exatamente 50 anos depois, quer em relação ao grego, quer ao latim, houve alguma evolução da situação?

M.H.R.P.: Não, antes pelo contrário. Mas a situação mais grave é a do latim, não por ser eventualmente menos conhecido que o grego, mas dada a sua relação estreita com o português. Dos muitos erros que se têm cometido no ensino secundário, um foi a não obrigatoriedade do latim para os futuros alunos de Letras e de Direito. O Direito europeu, com exceção do anglo-saxónico, baseia-se no Direito romano, havendo por isso toda a conveniência em conhecer a língua em que ele se exprimiu.

P.: A professora, quando chegou à universidade, ainda não tinha estudado grego. Isso foi uma desvantagem?

M.H.R.P.: Tinha tido umas lições particulares e portanto sabia alguma coisa de grego. Mas, exatamente para obviar a essa falta, havia no primeiro ano o curso elementar de Grego; só depois, no segundo, é que se entrava propriamente na língua e literatura gregas. Na altura, aliás, passava-se uma coisa idêntica com o alemão. Os alunos de Filologia Germânica chegavam à universidade sem alemão e tinham, também eles, um curso elementar – e só no segundo ano começavam o curso de língua e literatura alemãs. É claro que não deixo, por isso, de considerar que é indispensável os alunos de Estudos Clássicos atualmente chegarem à universidade com conhecimentos de latim e grego.

Têm-se feito muitas reformas em Letras e, em vez disso, seria preferível apenas corrigir o que não está bem. Por exemplo, a reforma de 1957 foi de longe a melhor de todas, a que introduziu os seminários para elaboração de tese, a que introduziu as cadeiras de História da Cultura. Tinha, no entanto, um defeito, que era o número excessivo de cadeiras anuais: seis. Todas têm algum defeito. Eu participei nas reformas seguintes e, de facto, nem tudo saiu bem. O calendário letivo é um aspeto que podia ser melhorado. Em Oxford, por exemplo, há três trimestres e ao longo de cada trimestre não há dias sem aulas. Nos primeiros tempos, perguntei a colegas da residência universitária se em determinado dia, um *bank holiday* [feriado], tínhamos aulas e elas nem conseguiram compreender à partida de que estava eu a falar. Entre nós, o melhor mês de aulas era janeiro por ser um mês sem interrupções. Agora já há exames nesse mês.

P.: Acha que as universidades e faculdades deveriam ser diretamente responsáveis pela escolha dos seus alunos ou o atual sistema baseado no exame de conclusão do ensino secundário parece-lhe satisfatório?

M.H.R.P.: Dantes os exames eram todos nacionais, com enunciados iguais em todo o país. Durante um longo período, que abrangeu os meus estudos, independentemente da média final do liceu, era necessário fazer exame de aptidão e nem sempre esses exames foram feitos devidamente. Posteriormente, os alunos com média igual ou superior a 14 eram dispensados desse exame. Eu estive muitos anos no júri de aptidão a Direito, em que havia exame de Latim. Os professores sabiam muito bem que uma nota dada num liceu podia ser muito diferente da mesma nota dada noutra liceu, havendo diferentes graus de exigência. Era no exame de aptidão que emergiam estas diferenças. Há uma faculdade em que deveria ser obrigatória a realização de entrevistas a todos os candidatos. Refiro-me a

Medicina. Aliás, há cerca de dois anos li um artigo do responsável máximo da Faculdade de Medicina da Universidade de Lisboa, João Lobo Antunes, que falava justamente da necessidade da entrevista. Acrescento eu: tantos 19 são suspeitos... Não oiço os professores universitários dizerem que têm bons alunos como nunca tiveram.

P.: Ainda falando de reformas e mudanças, qual a sua opinião acerca da TLEBS e da sua entrada em vigor, no Ensino Básico, com os novos programas, em Setembro de 2010?

M.H.R.P.: A TLEBS não me parece útil. Há uma mudança, que não chega a ser mudança nenhuma, e que é chamar *nome* aos substantivos e adjetivos. Em inglês, há pelo menos um século que se adoptou o termo *noun*. Além deste, não vejo outros casos que simplifiquem ou tornem mais nítida a descrição da língua.

P.: E em relação ao acordo ortográfico?

M.H.R.P.: Relativamente ao acordo ortográfico, penso que será uma questão de hábito, tal como já escrevi. Eu fiz parte do grupo de trabalho português que esteve no Rio de Janeiro em 1986 e, posteriormente, na Academia de Ciências de Lisboa. O Brasil e outros países lusófonos já têm a nova ortografia em vigor – Timor-Leste aderiu há poucos meses – e o que se verifica é que os brasileiros estão a adquirir a exclusividade de direitos de tradução de obras técnicas e científicas em português. Na verdade, as simplificações são mínimas, alterando apenas 0,5% da ortografia brasileira – a eliminação do *trema*, por exemplo, em palavras como *tranquilo* ou *linguístico* – e 1,5% da ortografia portuguesa. Ou seja, é uma reforma mínima em relação à do Gonçalves Viana (1911), que, essa sim, foi uma grande reforma e cujo único defeito foi não ter tido em conta o Brasil. A atual alteração parece-me útil, mesmo indispensável. Também não me parece que se trate de uma situação de (neo)colonialismo linguístico brasileiro. Em primeiro lugar, porque se trata de um trabalho conjunto com representantes de todos os países de língua portuguesa. Diziam eles: discutam os senhores que são quem sabe da matéria. Convém lembrar que os melhores lexicógrafos são quase todos brasileiros, começando no primeiro dicionário da língua portuguesa, de Moraes da Silva (1789), até o recente dicionário Houaiss (2002), cujo autor liderava a representação brasileira nos trabalhos desta reforma ortográfica. Os estudos brasileiros sobre lexicografia têm, em geral, um nível superior ao dos portugueses.

O acordo foi muito atacado em Portugal. Por vezes, com argumentos ridículos, para não dizer pior. Mesmo pessoas, que deveriam ver melhor as coisas, não sabem distinguir entre oralidade e escrita. As mudanças na ortografia não alteram em nada a oralidade; estas apenas simplificam a escrita. A maior parte das pessoas, mesmo pessoas cultas, não veem isso. Já no século XVI, o gramático e cronista João de Barros dizia que se deveriam suprimir as “consoantes ociosas”, enfim, aquilo que agora se irá instituir. Compreendo que os escritores tenham dificuldade em se adaptar. Fernando Pessoa não adotou a reforma de 1911 mas é atualmente editado e lido na ortografia por ele rejeitada.

P.: O acordo ortográfico prevê a elaboração do Vocabulário da Língua Portuguesa, em que a professora está atualmente a trabalhar, na Academia das Ciências de Lisboa, com o professor Aníbal Pinto Castro, e que deverá sair ainda este ano. Como caracteriza esse Vocabulário?

M.H.R.P.: Os brasileiros já têm o Vocabulário deles feito e já cá no-lo vieram apresentar. Nós

esperamos concluir o nosso até ao fim do ano [2009]. Trata-se de um vocabulário do português usual. Embora entrem muitíssimos neologismos, que se foram criando nestes últimos anos, numa tendência imparável, e embora tenhamos em conta os neologismos literários dos grandes escritores, como os de Fernando Pessoa, em particular Ricardo Reis, não vamos entrar no pormenor dos termos científicos muito específicos. Só o vocabulário da Medicina seria uma tarefa interminável. No entanto, é por vezes difícil selecionar os termos a incluir. No caso da Medicina, há muitos termos que são de uso mais ou menos generalizado – as especialidades médicas, por exemplo – e há termos de uma linguagem técnica que só são usados pelos profissionais da área. Esses não nos interessam. Nas outras ciências passa-se o mesmo. É interessante observar a infinidade de neologismos de origem grega que continuam a aparecer – a linguagem da ciência é quase toda grega.

É evidente que, para a elaboração do Vocabulário, temos consultado professores das secções científicas da Academia das Ciências de Lisboa, que colaboram na seleção dos termos que julgam pertinentes.

Por fim, ainda sobre o acordo ortográfico, gostaria de realçar a posição da Associação de Professores de Português (APP), recentemente noticiada na comunicação social, que já pediu que o acordo entre imediatamente em vigor nos anos de escolaridade em que as crianças estão a começar a aprender a ler e a escrever, para que elas não andem a aprender, ora uma coisa, ora outra. É elementar e foi bom ter sido a APP a dizê-lo.

P.: Todos os professores, mesmo os do ensino secundário, queixam-se que os seus alunos não sabem escrever. Que papel pode ter a cultura clássica para levar os alunos a apropriarem-se de técnicas e de modelos diversificados de escrita?

M.H.R.P.: Mais do que da cultura clássica, falaria da importância da leitura dos grandes clássicos portugueses. Os meus alunos de cultura clássica tinham autorização para me fazerem individualmente perguntas, nas horas previstas para esse fim, mas também noutras ocasiões, e era frequente pedirem-me conselho acerca da melhor maneira de aprender a escrever. A minha resposta era sempre: leiam os grandes autores portugueses, é com eles que nós aprendemos a escrever. Incluo nestas leituras a gramática de Lindley Cintra e Celso Cunha (1984). Trata-se de uma obra tão bem escrita que a sua leitura pode ser um verdadeiro prazer.

Os programas atuais do básico e secundário, salvo erro, o que instituem é aprender a passar recibos, a ler artigos de jornal e alguns autores. Nem todos os grandes autores lá estão. O português literário, se estou bem informada, tem um lugar de segundo plano. Sem dúvida que os programas deviam incluir os clássicos de várias épocas, sem excluir os contemporâneos. Houve um tempo em que os alunos tinham de ler uma obra de qualidade, mas depois apareceram os resumos das obras e eles deixaram de as ler. Em muitos casos, esses resumos ou sebatas foram feitos por bons professores universitários.

P.: A falta de hábitos de leitura dos alunos é realmente uma queixa generalizada. A que se deverá tal desinteresse?

M.H.R.P.: Reina o facilitismo. Leio coisas assustadoras acerca de alunos que passam de ano reprovados. E esta ideia das estatísticas, ideia que conduz sobretudo ao erro, é extremamente perigosa. Um problema é o reinado da televisão que, só ocasionalmente, tem bons programas. O reinado, ou

P

melhor, o imperialismo dos computadores. Não me parece que nada disso seja útil para o ensino. Para mim, o verdadeiro ensino tem de ser intersubjetivo, não por intermédio de objetos e de coisas. E também tem de haver disciplina, pelo que não pode haver aulas expositivas de mais de uma hora, limite máximo da atenção. Tal não se aplica, porém, a aulas mais práticas.

P.: Para concluir, a professora acha, como dizia Protágoras, que “o homem [ainda] é a medida de todas coisas”⁷?

M.H.R.P.: É, “das que existem e das que não existem”! Mas não é a medida única...

⁷ Protágoras, *Frg. 1 Diels*. In *Hélade*, trad. de Maria Helena da Rocha Pereira, Coimbra: Fac. de Letras da Universidade de Coimbra / Instituto de Estudos Clássicos, p. 257.